

Orientação profissional para quem? Diversidade nas pesquisas e chamado à ação na RBOP

Leonardo de Oliveira Barros¹

Laila Leite Carneiro

Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, Brasil

Resumo

Este estudo analisou a diversidade dos públicos contemplados em pesquisas empíricas publicadas na Revista Brasileira de Orientação Profissional entre 2003 e 2024. Por meio de revisão crítica da literatura, foram extraídos e examinados dados de 247 artigos, considerando as características sociodemográficas dos participantes. Os resultados revelam baixa diversidade das amostras, com predominância de estudantes do ensino médio e superior e escassa menção a marcadores sociais como raça, renda, identidade de gênero, orientação sexual e deficiência. Conclui-se com um chamado à ação à comunidade científica da área para ampliar a inclusão de grupos historicamente sub-representados e promover maior equidade na produção de conhecimento em orientação profissional e de carreira.

Palavras-chave: diversidade, inclusão, orientação profissional, justiça social, revisão da literatura

Abstract: Vocational Guidance for Whom? Diversity in Research and a Call to Action in RBOP

This study analyzed the diversity of participant groups in empirical research published in the Revista Brasileira de Orientação Profissional between 2003 and 2024. Through a critical literature review, data from 247 articles were extracted and examined, focusing on the sociodemographic characteristics of participants. The findings reveal low sample diversity, with a predominance of high school and university students, and scarce mention of social markers such as race, income, gender identity, sexual orientation, and disability. The article concludes with a call to action to the scientific community to increase the inclusion of historically underrepresented groups and promote greater equity in the production of knowledge in career and vocational guidance.

Keywords: diversity, inclusion, vocational guidance, social justice, literature review

Resumen: ¿Orientación Profesional para Quién? Diversidad en las Investigaciones y un Llamado a la Acción en la RBOP

Este estudio analizó la diversidad de los públicos contemplados en investigaciones empíricas publicadas en la Revista Brasileira de Orientación Profesional entre 2003 y 2024. Mediante una revisión crítica de la literatura, se extrajeron y examinaron datos de 247 artículos, considerando las características sociodemográficas de los participantes. Los resultados revelan baja diversidad muestral, con predominio de estudiantes de educación media y superior y escasa mención a marcadores sociales como raza, ingresos, identidad de género, orientación sexual y discapacidad. El artículo concluye con un llamado a la acción para que la comunidad científica aumente la inclusión de grupos históricamente subrepresentados y promueva mayor equidad en la producción de conocimientos en orientación profesional y de carrera.

Palabras clave: diversidad, inclusión, orientación profesional, justicia social, revisión de la literatura

¹ Endereço para correspondência: Rua Aristides Novis (Estrada de São Lázaro), 197, Federação, 40210-730, Salvador, BA.
E-mail: leonardobarros_lob@hotmail.com

A sistematização teórica e técnica do campo da Orientação Profissional e de Carreira (OPC) é atribuída a Frank Parsons (1854-1908). Na biografia do pioneiro da área, destaca-se o compromisso em combater a injustiça e a desigualdade social, por meio da construção de uma sociedade pautada na cooperação, no mutualismo e no senso de humanidade (Ribeiro & Uvaldo, 2007). Em 1908, Parsons fundou o *Vocation Bureau* defendendo a necessidade de um método de trabalho sistemático para orientação de escolhas vocacionais, incluindo: a qualificação dos orientadores, a importância de publicar os estudos para promover o intercâmbio científico e o princípio de que a OPC deve estar vinculada a um projeto político de transformação social. Especificamente o princípio de vinculação a um projeto político de transformação social, no entanto, parece ter enfraquecido ao longo da história, não ocupando nas práticas de OPC da atualidade o lugar de destaque esperado.

As propostas de Parsons mostraram-se pertinentes e necessárias, pois permaneceram e foram aperfeiçoadas no decorrer de mais de um século, acompanhando as demandas contemporâneas de cada sociedade (Duarte, 2009). Nesse percurso, é possível observar o surgimento de distintas teorias que abordaram aspectos específicos do desenvolvimento de carreira (e.g., Blustein, 2013; Holland, 1997; Lent et al., 1994; Savickas, 2005; Savickas, 2012; Super, 1957; Super, 1990; Young et al., 2000). Como desdobramento, o campo da OPC também se mostrou frutífero para o desenvolvimento de inúmeros instrumentos de medida que possibilitaram o surgimento de evidências empíricas e o aperfeiçoamento dos modelos teóricos, além de contribuírem para a avaliação dos construtos na pesquisa e prática de carreira (Anggraini et al., 2024; Barros & Ambiel, 2020). Ao longo do tempo, inúmeros estudos mostraram que as intervenções de carreira funcionam e tendem a gerar benefícios para os indivíduos e para a sociedade de maneira ampla (Carvalho et al., 2024; Sampaio et al., 2024; Soares et al., 2022; Whinston et al., 2017).

Apesar dos avanços teóricos e metodológicos observados desde a sistematização do campo da OPC, sucessivas análises da produção científica da área demonstram um distanciamento do princípio de Parsons de que as práticas estivessem vinculadas a um projeto de transformação social (Plant, 2021). Em suma, os estudos demonstram que as produções de carreira, tanto no cenário internacional como no cenário nacional, centram-se na análise de fenômenos tradicionais, a partir da experiência de públicos privilegiados e sem devida articulação com os determinantes sociais (Aguiar & Conceição, 2012; Ambiel et al., 2017; Buboltz et al., 1995; Byington et al., 2019; Noronha & Ambiel, 2006; Spurk, 2021). Especificamente em âmbito nacional, a ausência de diversidade também está presente no perfil dos profissionais que atuam com OPC, pois sucessivas pesquisas indicam que a área tem um predomínio de mulheres, brancas, das regiões Sul e Sudeste (Antunes

et al., 2009; Barros et al., 2019; Melo-Silva et al., 2023; Silva et al., 2014). A homogeneidade também se dá em relação ao público brasileiro que mais acessa os serviços, que é composto majoritariamente por estudantes do ensino médio, de escolas privadas e de maiores níveis socioeconômicos (Barros et al., 2019).

A ausência de diversidade na OPC resulta em desafios estruturais e epistemológicos com consequências relevantes e multifacetadas. Por exemplo, o distanciamento do ideal de Parsons de transformação social pode esvaziar o papel emancipador da área ao focar mais em ajudar os indivíduos a se adaptarem ao mercado do que a questioná-lo criticamente, seguindo uma lógica neoliberal (Sultana, 2024). A priorização de públicos privilegiados acaba por reforçar desigualdades sociais ao invés de combatê-las, deixando públicos como estudantes de escolas públicas, pessoas negras, indígenas, periféricos, entre outros, à margem dos serviços (Barros et al., 2019). Além disso, modelos teóricos ou interventivos elaborados a partir da experiência de públicos privilegiados, podem resultar em baixa efetividade com populações oriundas de contextos de maior vulnerabilidade social (Bock, 2014; Blustein, 2013; Pires et al., 2020). Por fim, o desalinhamento das demandas e transformações locais e contemporâneas pode reduzir a capacidade da área em dar respostas mais efetivas à sociedade, além de tornar a produção científica limitada e pouco representativa (Sultana, 2020).

No contexto da produção científica brasileira especializada em OPC, encontra-se a Revista Brasileira de Orientação Profissional (RBOP) mantida pela Associação Brasileira de Orientação Profissional e de Carreira (ABRAOPC). Com o início de circulação em 2003, o periódico “trouxo crescimento e qualidade à área, congregou pesquisadores, acadêmicos e profissionais que se dedicam às práticas, qualificando a disseminação do conhecimento científico para nutrir o ensino e a prática da OPC” (Melo-Silva et al., 2023, p. 164). A produção científica da RBOP foi revisada em diferentes estudos. Analisando o período de 2003 a 2006, Teixeira et al. (2007) identificaram uma passagem dos estudos teóricos para maior publicação de estudos empíricos, o aumento do número de autores por artigos e maior interlocução entre diferentes instituições. Por sua vez, Rueda (2009) analisou o período de 2003 a 2008 e Noronha et al. (2014) analisaram o período de 2007 a 2011 e, nos dois estudos, notou-se a concentração de trabalhos empíricos e oriundos das regiões sul e sudeste. Por fim, Faria (2023) conduziu uma análise bibliométrica considerando o período de 2011 a 2022, identificando que 72% dos artigos receberam citações após publicados e ressaltando sua importância para a comunidade lusófona.

Os estudos que analisaram as produções da RBOP são importantes para acompanhar e identificar tendências do campo ao longo dos anos, todavia, focaram exclusivamente na análise de autoria, procedimentos metodológicos ou impacto dos artigos (Faria, 2023; Noronha et al., 2014;

Rueda, 2009; Teixeira et al., 2007). Considerando que a análise da produção de periódicos pode assumir também o objetivo de avaliar a congruência da literatura especializada com os propósitos, valores e interesses do campo e da sociedade (Sampson et al., 2014), é importante analisar se o público contemplado nos estudos representa adequadamente a realidade social e histórica na qual as pesquisas são produzidas. Essa prática tem sido adotada por autores que analisaram outros periódicos nacionais e internacionais de diferentes campos da Psicologia e, em geral, os resultados apontam para pouca diversidade nas amostras analisadas (Alves et al., 2022; Arsel et al., 2022; Bonfá-Araujo & Krueger, 2024; Moore, 2024; Nijdam-Jones et al., 2023), aspecto que compromete a replicabilidade e a robustez da ciência psicológica (Nosek et al., 2023).

A análise detalhada dos públicos abordados em pesquisas publicadas nos periódicos pode contribuir para uma visão crítica sobre a pertinência dos achados para diferentes públicos, além de permitir que sejam elaboradas propostas que chamem a comunidade para a ação focada em promoção de diversidade, equidade, inclusão e justiça (Sayegh et al., 2023). Frente ao exposto, o presente artigo tem por objetivo principal analisar a diversidade dos públicos abordados nas pesquisas empíricas publicadas na Revista Brasileira de Orientação Profissional (RBOP) para realizar um chamado à ação de pesquisadores da área. Como objetivos específicos, pretende-se: identificar as características demográficas, culturais e socioeconômicas dos grupos de participantes; mapear tendências, lacunas e possibilidades de ampliação do alcance em termos de públicos das pesquisas ao longo de 22 anos de existência da Revista; propor estratégias para ampliar a participação de grupos sub-representados nas futuras pesquisas da área.

Método

Caracterização do estudo

Trata-se de uma revisão crítica da literatura. Esta modalidade de revisão tem por objetivo examinar e sintetizar as limitações e lacunas no conhecimento, permitindo identificar padrões e contradições ao longo do desenvolvimento histórico e sugerir direções para o desenvolvimento de pesquisas futuras (Grant & Booth, 2009).

Estratégia de busca

As buscas foram realizadas na página da Revista Brasileira de Orientação Profissional (RBOP) na rede latino-americana de Periódicos de Psicologia (PePsic). Foram extraídos os artigos publicados no período de 2003 (ano de início de circulação da Revista) a 2024 (última edição). Anualmente, a RBOP publica dois números, de modo que foram analisados no total 44 números publicados.

Critérios de elegibilidade

Inicialmente, todos os artigos foram extraídos da página da RBOP na rede PePsic. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: (a) artigos publicados na RBOP na seção “artigos”; (b) de natureza empírica; (c) no período de 2003 a 2024; que continham (d) seção de descrição de participantes/amostra ou similar. Os critérios de exclusão foram: (a) artigos publicados nas seções “especial”, “relatos de experiência”, “editoriais”, “documentos e relatórios de gestão”; (b) ensaios teóricos, (c) revisões de literatura, (d) pesquisas de análise documental; (e) pesquisas cuja amostra foi apenas institucional.

A triagem ocorreu pela leitura dos títulos e resumos, quando foram aplicados os critérios de inclusão e exclusão. A seção “participantes” do método dos artigos restantes após a triagem foi lida na íntegra, havendo exclusões dos que não estavam adequados aos objetivos desta revisão. O fluxograma com as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão dos artigos está apresentado na Figura 1.

Extração dos dados

Os artigos elegíveis tiveram as seguintes informações descritivas extraídas sobre aspectos gerais: ano de publicação, delineamento metodológico; e sobre aspectos específicos aos participantes: quantidade, tipo do grupo amostral (e.g., trabalhadores, estudantes de Psicologia, clientes de OPC etc.), identidade de gênero ou sexo, idade (mínima, máxima e média), processo desenvolvimental (infância, adolescência, adultez e velhice), estado civil, autodeclaração racial, autodeclaração de orientação sexual, autodeclaração de deficiência, escolaridade, renda/classe socioeconômica, modalidade laboral (quando focado em trabalhadores) e tipo de escola (quando focado em estudantes). Nos artigos em que o perfil da amostra não estava suficientemente descrito no método, as informações foram buscadas também na seção de resultados como forma de complementar os dados.

Análise dos dados

Os dados extraídos dos artigos foram organizados e codificados através do *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS versão 25). No processo de codificação, cumpre observar que, nos casos em que as variáveis – identidade de gênero ou sexo, estado civil, autodeclaração racial, autodeclaração de orientação sexual, autodeclaração de deficiência, escolaridade, renda/classe socioeconômica – foram descritas apenas para parte da amostra (por exemplo: a maioria dos participantes foram mulheres), foi utilizada a categoria descrita no artigo seguida do termo “outros” (exemplo: mulheres e outros). Após findada a codificação, os dados foram submetidos a análises descritivas

com o auxílio do mesmo software. No intuito de facilitar a visualização dos dados, optou-se por organizar os resultados em dois períodos, cada um composto por 11 anos de publicações: 1. Estudos publicados entre 2003 e 2013; 2. Estudos publicados entre 2014 e 2024. Esta organização permitiu analisar as produções em termos de décadas. Por

fim, levando em conta os períodos mencionados, foi realizada uma análise crítica do perfil dos participantes das pesquisas, considerando as mudanças ocorridas ao longo dos anos e os avanços ainda necessários para que a pesquisa brasileira sobre orientação profissional e de carreira se torne mais diversa e inclusiva.

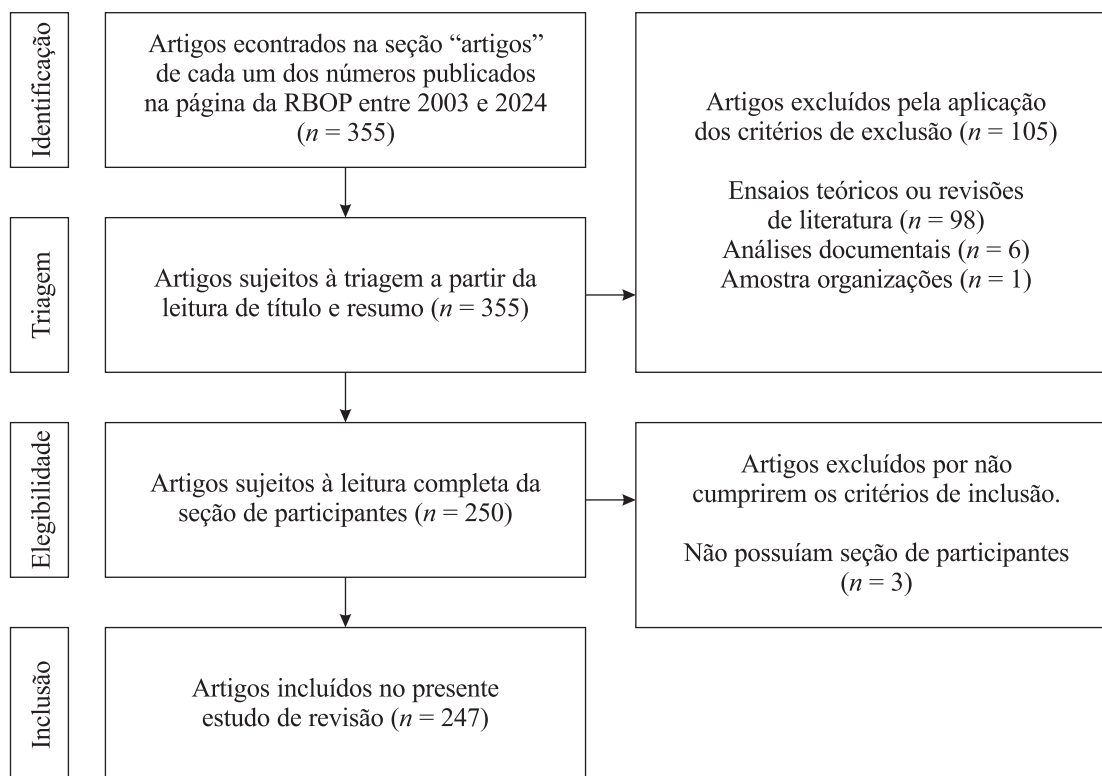


Figura 1. Fluxograma das etapas de seleção dos artigos

Resultados

Os 247 artigos incluídos geraram 264 grupos amostrais, já que 14 artigos continham mais de um estudo/grupo de participantes. As amostras nos estudos variaram entre 2 e 4.237 participantes ($M = 292,07$; $DP = 481,837$). A idade dos participantes variou entre 12 e 88 anos ($M = 26,14$; $DP = 10,54$). Em relação aos delineamentos empregados, 68,6% eram quantitativos ($n = 181$), 28,8% ($n = 77$) qualitativos e 1,9% de métodos mistos ($n = 5$). De maneira geral, houve um alto índice de omissão dos artigos quanto a algumas das variáveis mapeadas: 27,4% não relata idade mínima, 28,9% não relata idade máxima, 86,6% não relata média de idade; 85,6% não descreve o estado civil; a renda ou classe socioeconômica não é mencionada em 82,5% dos estudos e 94,7% não informa sobre raça. Apenas 1 estudo informa sobre deficiência e sobre orientação sexual, o que denota 99,6% de grupos amostrais que omitem esse dado.

Caracterização dos participantes dos estudos publicados entre 2003 e 2013 ($n = 119$)

Neste período, predominaram estudos com delineamentos quantitativos (67,2%; $n = 80$). O número de participantes nos estudos variou entre 4 e 3000 ($M = 287,91$; $DP = 477,45$). Por sua vez, as idades dos participantes variaram entre 12 e 69 anos ($M = 22,31$; $DP = 8,09$). Foram registrados 50 grupos amostrais com características diversas que são apresentados na Tabela 1.

Observa-se que predominaram pesquisas conduzidas com estudantes do Ensino Médio, seguidos por estudos realizados com estudantes do Ensino Superior (sem especificação de cursos), estudantes do Ensino Fundamental, clientes de OPC, estudantes de Engenharia, trabalhadores do setor privado e estudantes de Administração. Foram encontradas ao menos duas publicações com estudantes do Ensino Fundamental e Médio, orientadores profissionais, adolescentes trabalhadores, pais e usuários de programas de incentivo ao primeiro emprego. Os demais grupos amostrais

apareceram em apenas um estudo e foram constituídos por grupos escolares, tais como crianças da pré-escola, vestibulandos e estudantes de Ensino Superior com a especificação do curso (Psicologia, Recursos Humanos, Farmácia, Odontologia e Contabilidade). Alguns estudos contemplaram amostras de trabalhadores, incluindo

adolescentes de programas de aprendizagem, trabalhadores sem especificação do cargo ou área e trabalhadores das forças armadas (Exército e Bombeiros). Por fim, neste período, foi possível registrar a presença de adolescentes em ressocialização e de trabalhadores em reabilitação em um estudo cada.

Tabela 1

Grupos amostrais dos estudos publicados entre 2003 e 2013 (n = 50)

Grupo amostral	F	%	Grupo amostral	F	%
Estudantes de Ensino Médio	28	23,5	Estudantes de Administração	4	3,4
Estudantes do Ensino Superior (sem especificação)	14	11,8	Estudantes do Ensino Fundamental e Médio	2	1,7
Estudantes do Ensino Fundamental	8	6,7	Orientadores profissionais	2	1,7
Clientes de OPC	7	5,9	Adolescentes trabalhadores	2	1,7
Estudantes de Engenharia	6	5,0	Pais	2	1,7
Trabalhadores do setor privado	4	3,4	Usuários de Programas de 1º emprego	2	1,7

Grupos amostrais presentes apenas em um estudo

Adultos (sem especificação); Alunos de mestrado em Administração; Bombeiros; Concluintes de Recursos Humanos e Psicologia; Concluintes do Ensino Superior; Crianças de Pré-Escola; Educadoras de uma creche; Egressos do Ensino Médio; Egressos do Ensino Superior; Estudantes de Ciências Sociais; Estudantes de Contabilidade; Estudantes de cursinho pré-vestibular; Estudantes de Engenharia e Psicologia; Estudantes de Ensino Médio Tecnológico; Estudantes de Farmácia e Odontologia; Estudantes de música; Estudantes de Psicologia; Estudantes do Ensino Médio noturno; Estudantes estrangeiros; Evadidos do curso de Psicologia; Evadidos do Ensino Superior (sem especificação); Evadidos do Ensino Superior à distância; Genitores de estudantes de Psicologia; Jovens infratores; Pacientes submetidos ao Transplante de Medula Óssea; Pessoas de meia idade; Professoras universitárias; Professores (sem especificação); Professores de história; Professores de música; Professores universitários (sem especificação); Profissionais de nível superior; Psicólogos; Soldados do exército; Trabalhadores (sem especificação); Trabalhadores acidentados; Universitários candidatos a estágio; Vestibulandos

No que concerne ao processo de desenvolvimento, 55,5% ($n = 66$) dos estudos foram realizados com pessoas na vida adulta, 24,4% ($n = 29$) com adolescentes, 16% ($n = 19$) foram realizados simultaneamente com adolescentes e adultos e 1,7% ($n = 2$) com crianças. Um estudo foi realizado com participantes adultos e idosos e em dois estudos não havia informações suficientes para identificar essa informação. Em relação ao nível de escolaridade, a maior parte dos estudos foi realizada com participantes que cursavam ou tinham concluído o Ensino Superior (42%; $n = 50$), seguidos por aqueles conduzidos com participantes do Ensino Médio (29,4%; $n = 35$), do Ensino Médio e Ensino Superior (3,4%; $n = 4$) e do Ensino Fundamental e Ensino Médio (2,5%; $n = 3$). As seguintes categorias de escolaridade apareceram em apenas um estudo: Pós-Graduação *Lato Sensu*; Pré-escola; Pós-Graduação *Stricto Sensu*; de 1 a 8 anos de estudo formal; Todos os níveis de escolaridade e; Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação. Destaca-se que 10,1% ($n = 12$) das publicações não apresentou informações sobre a escolaridade dos respondentes.

Dos 91 estudos que envolviam participantes escolares ou universitários, 23% ($n = 21$) foram realizados com amostras de instituições públicas e privadas, 20% ($n = 19$)

exclusivamente em instituições públicas e 18,6% ($n = 17$) com estudantes de instituições privadas. Além disso, dois estudos foram realizados em instituições nomeadas como “urbanas e rurais” e um estudo teve como local um cursinho comunitário. A informação sobre o tipo de instituição de ensino não foi apresentada em 34% ($n = 28$) das publicações com amostras de estudantes.

Para os 38 estudos desenvolvidos com trabalhadores, 42,1% ($n = 16$) não informou em qual modalidade esses trabalhadores atuavam. Entre os estudos que especificavam, 39,4% ($n = 15$) foram desenvolvidos exclusivamente com trabalhadores de contextos formais, 5,2% ($n = 2$) contemplavam trabalhadores formais e informais, 5,2% ($n = 2$) centraram-se na experiência de trabalhadores formais e autônomos. Foi encontrado apenas um estudo para as modalidades a seguir: informal; formal e desempregados e; autônomos. A renda dos participantes não foi informada em 83,2% ($n = 99$) das publicações. Em relação aos estudos que apresentaram informações sobre a renda, constaram em mais de uma publicação as seguintes categorias: Classes baixa, média e alta (2,5%; $n = 3$); A partir de 1 salário (2,5%; $n = 3$); Baixa renda (2,5%; $n = 3$); Classes A, B e C (1,7%; $n = 2$); Classes popular (1,7%; $n = 2$) e; Classe alta (1,7%; $n = 2$). Por fim, apareceram em

uma única publicação as seguintes categorias: Classes média e baixa; Classe média; Classes B e C; Até 11 salários e; de R\$1.500,00 a R\$5.000,00.

Sobre o estado civil, 89,9% ($n = 107$) dos estudos não mencionam essa variável. Nos estudos que apresentavam essa informação, observou-se múltiplas publicações com as seguintes categorias: casados e outros (2,5%; $n = 3$); casados e separados (1,7%; $n = 2$) e; solteiros e casados (1,7%; $n = 2$). Registraram-se, ainda, publicações únicas com os seguintes grupos: solteiros; casados; solteiros e outros e; casados, divorciados e viúvos. Em relação ao gênero dos participantes, 85,7% ($n = 102$) foram realizados simultaneamente com homens e mulheres enquanto 3,4% ($n = 4$) foram desenvolvidos exclusivamente com homens e 1,7% ($n = 2$) com mulheres. Chama atenção o fato de 9,2% ($n = 11$) não apresentaram informações sobre gênero. Em nenhum estudo deste período é mencionado se os participantes eram cisgêneros, transgêneros ou se apresentavam outra identidade de gênero.

No tocante à autodeclaração racial, 99,2% ($n = 118$) dos estudos deste período não apresentam essa informação. O único estudo que registrou essa variável, informou que a amostra era de maioria branca. A orientação sexual foi não foi indicada em nenhuma publicação. Apenas um estudo indicou se os participantes eram pessoas com deficiência, sendo que neste caso registrou-se a participação de pessoas com deficiência física e auditiva.

Caracterização dos participantes dos estudos publicados entre 2014 e 2024 ($n = 144$)

Neste período, predominaram estudos com delineamentos quantitativos (70,1%; $n = 101$). O número de participantes nos estudos variou entre 2 e 4.237 ($M = 295,51$; $DP = 487,06$). Por sua vez, a idade das amostras variou entre 13 e 65 anos ($M = 29,20$; $DP = 11,44$). Ao todo, foram registrados 55 grupos amostrais, apresentados na Tabela 2.

Tabela 2

Grupos amostrais dos estudos publicados entre 2014 e 2024 ($n = 55$)

Grupo amostral	F	%	Grupo amostral	F	%
Estudantes do Ensino Superior (sem especificação)	32	22,2	Aposentados	3	2,1
Estudantes de Ensino Médio	19	13,2	Estudantes do Ensino Fundamental	2	1,4
Trabalhadores (sem especificação)	8	5,6	Trabalhadores (sem especificação)	2	1,4
Orientadores profissionais	5	3,5	Servidores públicos federais	2	1,4
Estudantes de Psicologia	5	3,5	Professores (sem especificação)	2	1,4
Estudantes de Pós-Graduação Stricto Sensu	5	3,5	Trabalhadores da área da saúde	2	1,4
Estudantes de Ensino Superior e de Pós-Graduação	4	2,8	Treinadores esportivos	2	1,4
Clientes de OPC	3	2,1	Estudantes de Medicina	2	1,4
Estudantes de cursinho pré-vestibular	3	2,1	Pedagogos	2	1,4
Psicólogos	3	2,1	Trabalhadores 50+	2	1,4

Grupos amostrais presentes apenas em um estudo

Adolescentes com e sem superdotação; Adolescentes trabalhadores; Adultos (sem especificação); Docentes e Técnicos administrativos; Egressos do Ensino Médio; Estudantes de Administração; Estudantes de Ciências Aeronáuticas; Estudantes de Direito; Estudantes de Economia e Psicologia; Estudantes de Educação Tecnológica; Estudantes de Pedagogia; Estudantes do Programa Universidade Aberta à Terceira Idade; Estudantes e Profissionais de Música; Evadidos do Ensino Superior; Ex-atletas de alto rendimento; Freelancers; Graduados em Ciências Sociais; Jovens que não estudam e nem trabalham; Líderes; Membros de Empresa Júnior na área de POT; Mulheres com e sem filhos; Professores de séries iniciais públicas e privadas; Reclusos do sistema prisional; Representantes de cursos e de centros acadêmicos; Servidora pública e seu marido; Servidores públicos; Supervisores clínicos; Trabalhadoras primíparas; Trabalhadores com deficiência intelectual; Trabalhadores da área da saúde e assistência; Trabalhadores da área de T.I; Trabalhadores de uma IES; Trabalhadores, estudantes, bolsistas e desempregados; Usuários de Programas Públicos de emprego

As amostras mais frequentes nos estudos deste período são também oriundas de contextos educacionais. O grupo predominante foi o de estudantes do Ensino Superior (sem especificação dos cursos), seguido por estudantes do Ensino Médio. Ainda sobre amostras de contextos universitários, evidencia-se a presença de amostras

mais específicas perpassando por estudantes de graduação (Administração, Psicologia e Engenharias), alunos de mestrado e estudantes egressos e evadidos. Em relação a grupos laborais, nota-se a realização de pesquisas com trabalhadores do setor privado, professores, educadoras e orientadores profissionais. Alguns públicos mais diversos

foram abordados neste período, tais como trabalhadores 50+, freelancers e treinadores.

No que concerne ao processo de desenvolvimento, 67,4% ($n = 97$) dos estudos foram realizados com pessoas na vida adulta, 7,6% ($n = 11$) com adolescentes, 13,9% ($n = 20$) foram realizados simultaneamente com adolescentes e adultos, 9,7% ($n = 14$) incluíram adultos e idosos e apenas um estudo foi realizado com crianças e outro exclusivamente com idosos. Em relação ao nível de escolaridade, a maior parte dos estudos foi realizada com participantes que cursavam ou tinham concluído o Ensino Superior (40,3%; $n = 58$), seguidos por aqueles conduzidos com participantes do Ensino Médio (16,7%; $n = 24$), da Pós-Graduação *Stricto Sensu* (5,6%; $n = 8$) e do Ensino Fundamental (2,1%; $n = 3$). Os demais estudos incluíram participantes de diferentes níveis escolares, a saber: Ensino Fundamental e Médio (2,8%; $n = 4$), Ensino Médio e Superior (2,8%; $n = 4$), Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-Graduação (18,1%; $n = 26$) e todos os níveis (3,5%; $n = 5$). Destaca-se que 8,3% ($n = 12$) das publicações não apresentaram informações sobre a escolaridade dos respondentes. Dos 89 estudos que envolviam participantes escolares ou universitários, 32,5% ($n = 29$) foram realizados exclusivamente em instituições públicas, 23,6% ($n = 21$) com estudantes de instituições públicas e privadas, 5,6% ($n = 5$) somente com amostras de instituições privadas e 38,2% ($n = 34$) dos estudos com participantes escolares ou universitários não registraram o tipo de instituição.

Para os 63 estudos desenvolvidos com trabalhadores, 57,4% ($n = 36$) não informou em qual modalidade esses trabalhadores atuavam. Entre os estudos que especificavam, 26,9% ($n = 17$) foram desenvolvidos exclusivamente com trabalhadores de contextos formais, 7,9% ($n = 5$) contemplavam trabalhadores formais e informais e 7,9% ($n = 5$) centraram-se na experiência de trabalhadores autônomos. A renda dos participantes não foi informada em 81,9% ($n = 118$) das publicações. Em relação aos estudos que apresentaram informações sobre a renda, constaram em mais de uma publicação as seguintes categorias: Classes baixa, média e alta (3,5%; $n = 5$); A partir de 1 salário (3,5%; $n = 5$); Classes A, B e C (2,8%; $n = 4$); Classes média e alta (2,1%; $n = 3$); Classes A, B, C e D (1,4%; $n = 2$), Classes baixa e outros (1,4%; $n = 2$). Por fim, apareceram em uma única publicação as seguintes categorias: baixa renda; a maioria com renda a partir de R\$3.000,00; em média R\$3.000,00; De R\$1.000,00 a R\$300.000,00. Um estudo avaliou apenas o nível de satisfação com a renda, sem apresentar classificações ou quantitativos.

Sobre o estado civil, 81,9% ($n = 118$) dos estudos não mencionam essa variável. Nos estudos que apresentavam essa informação, observou-se múltiplas publicações com as seguintes categorias: solteiros e outros (5,6%; $n = 8$); solteiros, casados e separados (4,9%; $n = 7$); casados e outros (2,8%; $n = 4$); solteiros e casados (2,1%; $n = 3$); casados (1,4%; $n = 2$). Registraram-se, ainda, publicações

únicas com os seguintes grupos: solteiros e solteiros, casados, separados e viúvos, solteiros e outros. Em relação ao gênero dos participantes, 50,7% ($n = 73$) foram realizados simultaneamente com homens e mulheres enquanto 6,9% ($n = 10$) foram desenvolvidos exclusivamente com mulheres. Os demais estudos apresentaram informações diversas sobre os gêneros dos respondentes, tais como: homens, mulheres e outros (4,2%; $n = 6$); mulheres e outros (25%; $n = 36$), homens e outros (5,6%; $n = 8$). Chama atenção o fato de 6,9% ($n = 10$) não apresentarem informações sobre gênero. Somente um estudo mencionou a presença de pessoas não binárias em uma amostra composta por homens, mulheres e não-binários. Com exceção deste último, em nenhum estudo deste período é mencionado se os participantes eram cisgêneros, transgêneros ou se apresentavam outra identidade de gênero.

No tocante à autodeclaração racial, 91% ($n = 131$) dos estudos deste período não apresentam essa informação. Apareceram em dois estudos as seguintes categorias: brancos e negros; brancos, pardos e negros; brancos, pardos e outros; brancos, pardos, pretos e amarelos e; brancos, pardos, pretos e outros. Os seguintes grupos apareceram em apenas um estudo: maioria branca; brancos/caucasianos e; pardos e outros. Informações sobre deficiências não apareceram em nenhum estudo. A orientação sexual foi indicada em apenas uma publicação que contou com participantes heterossexuais, bissexuais e homossexuais.

Discussão

Os resultados da análise dos grupos amostrais investigados ao longo de 22 anos na RBOP indicam que a caracterização do público-alvo das pesquisas empíricas no campo de OPC publicizadas por este veículo carece de um maior nível de detalhamento. Em muitos artigos, a descrição de características importantes para compreender a amostra é omitida, o que compromete as interpretações dos leitores, assim como inferências sobre a possível generalização dos resultados apresentados (Nosek et al., 2022). O tipo de público é a informação que mais se destaca, estando presente em todos os estudos mapeados. Por outro lado, chama a atenção o fato de questões socio-demográficas mais específicas serem pouco exploradas (renda/classe socioeconômica, raça, situação laboral, estado civil, dentre outros) ou sequer receberem menção (orientação sexual, deficiência) na maioria dos estudos analisados. Com base nas informações acessadas, constata-se que a diversidade identitária dos participantes das pesquisas é bastante limitada. Alguns públicos, como pessoas transexuais ou povos indígenas, estão completamente ausentes.

As análises realizadas demonstram que estudantes, em diferentes etapas do desenvolvimento e inseridos em diversos níveis de escolaridade, são o principal público investigado na revista, o que indica a perpetuação de uma

tendência já identificada em análises anteriores (Ambiel et al., 2017; Barros et al., 2019). Dentre esses, destaca-se especialmente o foco no ensino médio (adolescentes) e no ensino superior (adultos), sendo que entre 2003 e 2013 ambos os grupos amostrais aparecem em quantidades similares, enquanto no período de 2014 e 2024 o número de estudos focados em estudantes de graduação é bastante superior. A forte ênfase das pesquisas em estudantes mais jovens reforça um modelo de OPC ainda centrado na escolarização formal e nas transições iniciais de carreira (Aguiar & Conceição, 2012; Ambiel et al., 2017; Buboltz et al., 1995; Byington et al., 2019; Noronha & Ambiel, 2006; Spurr, 2021). Tal padrão pode deixar de contemplar fases posteriores da vida laboral (meia-idade, velhice) e seus desafios e transições específicas como reconversões profissionais e processos de aposentadoria.

Ao mesmo tempo, verifica-se nas publicações do período mais recente da revista um crescente interesse no público de trabalhadores, seja a partir de investigações mais generalistas, seja considerando áreas de atuações específicas. Dentre essas últimas, é digno de nota que orientadores profissionais e de carreira estão entre os públicos-alvo investigados. Embora a quantidade de estudos não seja tão expressiva, sua presença indica uma preocupação com a formação e a atuação prática na área da OPC (Antunes et al., 2009; Barros et al., 2019; Melo-Silva et al., 2023; Silva et al., 2014). O aumento de investigações com públicos de trabalhadores contribui para a diversidade e permite que a produção nacional acompanhe tendências internacionais do campo (Ambiel et al., 2017). Por outro lado, é possível perceber que desafios contemporâneos do trabalho, tais como a informalidade, precarização e *gig economy* ainda são pouco explorados, a despeito do crescimento da discussão sobre formas alternativas de trabalho e seus impactos sociais e emocionais (e.g., Moscon et al., 2022).

De modo geral, a caracterização das amostras das pesquisas empíricas publicadas na RBOP denuncia a flagrante invisibilidade de marcadores sociais, implicando em escassas análises interseccionais ou de aspectos contextuais para a compreensão dos fenômenos de carreira (Blustein, 2013). Variáveis como classe social, raça/etnia, gênero, orientação sexual e deficiência são pouco ou nada descritas. Ao considerar que a maior parte dos estudos publicados na RBOP são com amostras do Brasil (Faria, 2024), país que, apesar de ter uma maioria da população autodeclarada negra, é estruturado em uma lógica racista (Almeida, 2018), seria importante indicar nos estudos a origem racial-étnica dos participantes para que se avalie a pertinência dos modelos teóricos e da aplicação dos resultados em diferentes públicos. Já há evidências robustas na literatura sobre diferenças, facilitadores e barreiras para o desenvolvimento de carreira em função da raça/etnia com vantagens para pessoas brancas, sendo fundamental uma visão mais crítica nos estudos para a promoção da equidade racial (Buford & Flores, 2025).

No tocante à renda ou classe socioeconômica, o alto índice de omissões dessa característica nos artigos limita suas possibilidades de interpretação. No entanto, é interessante notar que aqueles artigos que optaram por descrever essa variável se concentram em grupos mais vulnerabilizados. Tal dado permite inferir que a maior parte dos estudos deve acessar públicos de níveis socioeconômicos mais altos, reforçando os achados de levantamentos nacionais e internacionais realizados anteriormente (Barros et al., 2019; Byington et al., 2019).

A diversidade de gênero para além do binarismo homem/mulher aparece contemplada apenas em cinco estudos, todos datados a partir de 2020, o que indica um interesse recente, mas ainda muito incipiente nas variadas formas de expressão da identidade de gênero (Butler, 2025). A orientação sexual, explicitada em um único estudo, de 2022, segue essa mesma tendência. O crescimento recente das pesquisas pode ser uma resposta promissora da ciência ao contexto sociopolítico de reivindicação das pautas de equidade de gênero e de respeito à diversidade LGBTQIA+, porém, tal tendência precisa ser reforçada em pesquisas futuras. Pessoas LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, queer, intersexuais e assexuais, e outros) enfrentam desafios particulares na construção da sua trajetória de carreira, tais como: o processo de desenvolvimento de sua identidade, a não visualização de sua identidade como estigmatizada, a potencial reação negativa/comportamentos discriminatórios advindos de colegas de trabalho e a falta de apoio social dentro e fora do contexto laboral (Barros & Landin, 2024). Tais desafios podem ser ainda mais intensos para algumas dessas subcategorias, como a de pessoas trans (Silva et al., 2021), o que endossa a importância de um olhar cuidadoso dos pesquisadores em relação a esses públicos.

As limitações de diversidade dos públicos investigados nas pesquisas empíricas da RBOP enfraquecem o compromisso da área de OPC com a justiça social, a inclusão e a equidade – princípios estabelecidos na proposta do seu precursor Frank Parsons (Ribeiro & Uvaldo, 2007; Plant, 2021). Autores contemporâneos da área têm reforçado a necessidade de retomada desses princípios como balizadores para a construção do futuro da OPC (Spurr, 2021; Sultana, 2024). Tal cenário leva ao questionamento: a orientação profissional e de carreira no Brasil está sendo produzida para quem? A visibilização de públicos diversos nas pesquisas é essencial para garantir avanços mais inclusivos no campo, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, de modo a permitir a compreensão de suas necessidades específicas e a construção de intervenções mais aderentes aos diferentes perfis de pessoas que podem (e precisam) usufruir desse serviço (e.g., Blustein, 2013). Com base no exposto, propõe-se a seguir um chamado à ação da comunidade científica, englobando editores, pesquisadores e pareceristas, com vistas à promoção de diversidade, equidade e inclusão na produção de conhecimento em OPC.

1. *Estabelecimento de diretrizes editoriais sobre diversidade, equidade e inclusão*: A RBOP pode adotar em suas normas editoriais exigências mínimas sobre a descrição sociodemográfica das amostras (raça, classe/renda, identidade de gênero, orientação sexual, deficiência, entre outros), estendendo essa exigência como um critério central a ser avaliado na revisão por pares. A presença dessas informações nos artigos é importante para garantir transparência metodológica, reforçar o compromisso ético em prol da diversidade e para contextualização e maior representatividade das evidências científicas.

2. *Lançamento de números especiais ou chamadas com foco em diversidade*: o lançamento de números especiais ou chamadas focadas em grupos marginalizados no mundo do trabalho e sub-representados nas pesquisas de OPC (como pessoas com deficiência, de níveis socioeconômicos mais baixos, pretas, indígenas, quilombolas, LGBTQIA+, 50+, mulheres, entre outras) pode estimular a condução de estudos que tragam à tona a compreensão das particularidades relacionadas ao desenvolvimento de carreira desses públicos.

3. *Valorização de abordagens interseccionais e críticas*: a RBOP pode estimular a submissão de pesquisas que articulem determinantes sociais, não restritas aos modelos individualizantes de carreira, e que tensionem e busquem investigar a pertinência de modelos teóricos do norte global para explicar o desenvolvimento de carreira no sul global.

4. *Diversificação do corpo editorial e de pareceristas*: a inclusão de representantes de diferentes regiões do país, com distintas origens étnico-raciais, identidades de gênero, deficiências, áreas de formação, entre outros, pode contribuir para a identificação de lacunas no âmbito da diversidade nos estudos que são publicados.

5. *Formação continuada e incentivo à pesquisa inclusiva*: a RBOP pode desenvolver oficinas, utilizar os editoriais ou estimular publicações de artigos que contribuam para a formação sobre metodologias sensíveis à diversidade.

Considerações Finais

A análise da produção científica veiculada pela RBOP ao longo de 22 anos de existência revela avanços importantes para o campo da OPC. No entanto, os achados também evidenciam a sub-representação de grupos histórica e socialmente minorizados e excluídos dos serviços de carreira, além da escassa articulação com marcadores sociais e interseccionais. A predominância de amostras compostas por estudantes do ensino médio e superior, assim como a ausência sistemática de dados sobre raça, deficiência, identidade de gênero e orientação sexual,

limitam o potencial emancipador do campo, tornam os estudos desarticulados das demandas contemporâneas e afastam suas práticas do projeto original de transformação social defendido por Parsons.

Diante desse cenário, propõe-se um chamado à ação à comunidade científica da OPC e, particularmente, à RBOP enquanto veículo central da área no Brasil. É necessário que o periódico avance na promoção de uma ciência mais diversa, interseccional e comprometida com a justiça social. Esse avanço depende da ação de editores, autores e revisores que são convidados a manter a excelência acadêmica, mas também a refletir sobre o papel que a OPC representa e qual é o seu alcance, tanto em níveis de públicos como para a construção de uma sociedade mais plural, igualitária e justa. Nesse sentido, a ciência brasileira no campo da OPC pode, de fato, cumprir o seu papel de ser uma ferramenta de transformação e melhoria da realidade.

Apesar das contribuições, a presente revisão apresenta limitações que devem ser consideradas para sua compreensão e generalização. Em primeiro lugar, a revisão teve como foco apenas um periódico científico. Conquanto a RBOP seja o principal veículo da área no Brasil, outras revistas da Psicologia e da Educação também publicam estudos de OPC. Assim, em estudos futuros sugere-se a análise simultânea de outras revistas para comparar como a diversidade tem sido abordada em diferentes periódicos. Uma segunda limitação refere-se ao fato de que na divisão temporal para análise dos estudos, marcos sociais e eventos culturais acabaram sendo dissolvidos como, por exemplo, o efeito da pandemia da COVID-19 e de movimentos de coletivos sociais (e.g. movimentos negros, LGBTQIAPN+). De tal modo, seria interessante estudos que analisassem a relação dos acontecimentos históricos e seus reflexos na produção científica da área. Uma terceira limitação da pesquisa surge a partir da exclusão de artigos de relato de experiência, que embora não sejam artigos de pesquisa, podem trazer evidências ou reflexões sobre diversidade e inclusão. A análise de relato de experiências pode contribuir para identificar como a diversidade tem sido abordada em contextos interventivos de carreira. Em quarto lugar, a presente revisão esteve concentrada em dados descritivos da amostra, sem analisar objetivos, hipóteses ou seções de resultados e discussão dos artigos. Tal análise poderia trazer informações mais complexas sobre a diversidade mesmo com as lacunas na descrição dos participantes. Por fim, sugere-se a realização de pesquisas que analisem as barreiras e desafios enfrentados para a publicação por pesquisadores que atuam com populações vulnerabilizadas ou que partam de referenciais não hegemônicos e a análise de relações entre a diversidade de autoria (região, raça, gênero, entre outros) e os temas e grupos abordados nas pesquisas publicadas.

Declaração de conflito de interesses

Não existem conflitos de interesses relacionados com este trabalho

Declaração sobre o uso de inteligência artificial

O conteúdo deste artigo foi inteiramente elaborado sem o uso de inteligência artificial para a sua criação.

Referências

- Aguiar, F. H. R., & Conceição, M. I. G. (2012). Análise da produção científica em orientação profissional: tendências e velhos problemas. *Psico-USF*, 17(1), 97-107. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712012000100011>
- Almeida, S. L. (2018). *O que é racismo estrutural?*. Letramento.
- Ambiel, R. A., Campos, M. I. D., & Campos, P. P. T. (2017). Análise da produção científica brasileira em orientação profissional: um convite a novos rumos. *Psico-USF*, 22(1), 133-145. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220112>
- Anggraini, F., Oktageri, D., Akbar, M., Sabila, A., Yuliana, Y., & Wakhinuddin, W. (2024). Research Trends in Assessment Instrument Development in Vocational High Schools: a Literature Review. *International Journal Of Education, Social Studies, And Management (IJESSM)*, 4(3), 1387-1396. <https://doi.org/10.52121/ijessm.v4i3.587>
- Antunes, J. B., Melo-Silva, L. L., Taveira, L. F. M. C., Repetto Talavera, E., Manzano Soto, N., Ferrer-Sama, P., & Hiebert, B. (2009). Competências do orientador profissional brasileiro. *Revista Española de Orientación y Psicopedagogía*, 20(2), 99-108. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/3382/338230782002.pdf>
- Arsel, Z., Crockett, D., & Scott, M. L. (2022). Diversity, equity, and inclusion (DEI) in the Journal of Consumer Research: A curation and research agenda. *Journal of Consumer Research*, 48(5), 920-933. <https://doi.org/10.1093/jcr/ucab057>
- Barros, L. O., & Ambiel, R. A. M. (2020). Instrumentos de avaliação psicológica em orientação de carreira: Análise da produção nacional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e203346. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003203346>
- Barros, L. O., Ambiel, R. A. M., & Noronha, A. P. P. (2019). Indicadores de formação teórica e prática de orientadores profissionais e de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 20(2), 107-118. <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2019v20n2p107>
- Barros, L. O. & Landin, M. N. C. (2024). Adaptação ao Contexto Brasileiro e Estudos Psicométricos da Escala de Discriminação Percebida na Comunidade LGB. *Revista iberoamericana de diagnóstico y evaluación psicológica*, 3(73), 167-178. <https://doi.org/10.21865/RIDEP73.3.12>
- Blustein, D. (2013). *The psychology of working: A new perspective for career development, counseling, and public policy*. Routledge.
- Bock, S. D. (2014). *Orientação profissional: a abordagem sócio-histórica*. Cortez Editora.
- Bonfá-Araujo, B., & Krueger, R. F. (2024). A call for action! Examining national diversity in PAID authorship (2020–2023). *Personality and Individual Differences*, 230, 112785. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2024.112785>
- Buboltz, W. C., Ebberwein, C., Watkins, C. E., & Savickas, M. L. (1995). A comparison of the content, authors, and institutions represented in the Career Development Quarterly and the Journal of Vocational Behavior. *Journal of Vocational Behavior*, 46(2), 216-226. <https://doi.org/10.1006/jvbe.1995.1014>
- Buford, M. V., & Flores, L. Y. (2025). Centering Race in Career Development: A Critical Review of Career Scholarship and Practice. *Journal of Career Development*, 52(2), 195-213. <https://doi.org/10.1177/08948453241309017>
- Butler, J. (2025). *Who's afraid of gender?*. Random House.
- Byington, E. K., Felps, W., & Baruch, Y. (2019). Mapping the Journal of Vocational Behavior: A 23-year review. *Journal of Vocational Behavior*, 110, 229-244. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2018.07.007>
- Carvalho, C. L., Taveira, M. D. C., & Silva, A. D. (2024). Integrative review on career interventions with unemployed people: Nature, outcomes, and recommendations. *Journal of Employment Counseling*, 61(1), 18-45. <https://doi.org/10.1002/joec.12214>
- Duarte, M. E. (2009). Um século depois de Frank Parsons: Escolher uma profissão ou apostar na psicologia da construção da vida?. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(2), 5-14. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203014923003.pdf>

- Faria, L. (2024). Produção científica divulgada na Revista Brasileira de Orientação Profissional: Uma Análise Bibliométrica. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 25(1), 103-115. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2024v25n0110>
- Freires, L. A., Guerra, V. M., & Nascimento, A. S. Desafios e Proposições para a Avaliação Psicológica com Grupos Minorizados: (Des)alinhamentos Sociopolíticos. *Avaliação Psicológica*, 21(4): 383-396. <https://doi.org/10.15689/ap.2022.2104.24166.02>.
- Grant, M. J., & Booth, A. (2009). A typology of reviews: an analysis of 14 review types and associated methodologies. *Health Information & Libraries Journal*, 26(2), 91-108. <https://doi.org/10.1111/j.1471-1842.2009.00848.x>
- Holland, J. L. (1997). *Making vocational choices: A theory of vocational personalities and work environments*. Psychological Assessment Resources.
- Lent, R. W., Brown, S. D., & Hackett, G. (1994). Toward a unifying social cognitive theory of career and academic interest, choice, and performance. *Journal of Vocational Behavior*, 45(1), 79-122. <https://doi.org/10.1006/jvbe.1994.1027>
- Moscon, D. C. B.; Carneiro, L.L.; Gondim, S. M. G. (2022). O trabalho e a vida humana sob demanda: as plataformas digitais e os riscos à saúde do trabalhador. *Gestão & Planejamento*, 23, 566-572. <http://doi.org/10.53706/gep.v.23.7292>
- Melo-Silva, L. L., Lassance, M. C. P., Oliveira, M. C., & Barros, L. O. (2023). Competências para orientação profissional e de carreira no Brasil: autoavaliação e relevância. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 24(2), 279-293. <https://doi.org/10.26707/1984-7270/2023v24n0214>
- Nijdam-Jones, A., Cortvriendt, J., & Daffern, M. (2023). Diversity in the international journal of forensic mental health. *International Journal of Forensic Mental Health*, 22(4), 354-365. <https://doi.org/10.1080/14999013.2023.2243853>
- Noronha, A. P. P., & Ambiel, R. A. M. (2006). Orientação profissional e vocacional: análise da produção científica. *Psico-USF*, 11(1), 75-84. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712006000100009>
- Noronha, A. P. P., Ventura, C. D., Fernandes, D. C., Nery, J. C. S., de Paula Bueno, J. M., Luca, L., ... & Silva, M. Á. P. (2014). Análise de Produções da Revista Brasileira de Orientação Profissional. *Psico*, 45(1), 26-34. Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/12416/11414>
- Nosek, B. A., Hardwicke, T. E., Moshontz, H., Allard, A., Corker, K. S., Dreber, A., ... & Vazire, S. (2022). Replicability, robustness, and reproducibility in psychological science. *Annual review of psychology*, 73(1), 719-748. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-020821-114157>
- Pires, F. M., Ribeiro, M. A., & Andrade, A. L. D. (2020). Teoria da Psicologia do Trabalho: uma perspectiva inclusiva para orientação de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 21(2), 203-214. <http://dx.doi.org/10.26707/1984-7270/2019v19n2p133>
- Plant, P. (2021). Utopia revisited: green guidance. *Journal of the National Institute for Career Education and Counselling*, 47(1), 53-58. <https://doi.org/10.20856/jnicec.4708>
- Ribeiro, M. A., & Uvaldo, M. D. C. C. (2007). Frank Parsons: Trajetória do pioneiro da orientação vocacional, profissional e de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 8(1), 19-31. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203016904002.pdf>
- Ragins, B. R. (2004). Sexual orientation in the workplace: the unique work and career experiences of gay, lesbian and bisexual workers. *Research in Personnel and Human Resources Management*, 23, 35-120. [https://doi.org/10.1016/S0742-7301\(04\)23002-X](https://doi.org/10.1016/S0742-7301(04)23002-X)
- Rueda, F. J. M. (2009). Produção científica da Revista Brasileira de Orientação Profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(2), 129-139. Recuperado de <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v10n2/v10n2a13.pdf>
- Sampaio, C., Taveira, M. D. C., Carvalho, C., & Silva, A. D. (2024). Career Interventions at a Distance: A Systematic Literature Review. *Societies* (2075-4698), 14(11). <https://doi.org/10.3390/soc14110230>
- Sampson Jr, J. P., Hou, P. C., Kronholz, J. F., Dozier, V. C., McClain, M. C., Buzzetta, M., ... & Kennelly, E. L. (2014). A content analysis of career development theory, research, and practice – 2013. *The career development quarterly*, 62(4), 290-326. <https://doi.org/10.1002/j.2161-0045.2014.00085.x>
- Savickas, M. L. (2005). The theory and practice of career construction. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Career development and counselling: Putting theory and research to work* (pp. 42-70). Wiley.
- Savickas, M. L. (2012). Life Design: A Paradigm for Career Intervention in the 21st Century. *Journal of Counseling & Development*, 90, 13-19. <https://doi.org/10.1111/j.1556-6676.2012.00002.x>

- Sayegh, P., Vivian, D., Heller, M. B., Kirk, S., & Kelly, K. (2023). Racial, cultural, and social injustice in psychological assessment: A brief review, call to action, and resources to help reduce inequities and harm. *Training and Education in Professional Psychology, 17*(4), 366-374. <https://doi.org/10.1037/tep0000451>
- Silva, A., Fonseca, A. G., Costa, A., Souza, B., Nascimento, J. W., Santos, L., ... & Machado, A. L. (2021). Acesso e permanência da população LGBT no mercado de trabalho: revisão integrativa. *Conjecturas, 21*(4), 663-676. <https://doi.org/10.53660/CONJ-246-808>
- Silva, B. R., Oliveira, M. C., & Melo-Silva, L. L. (2014). Autoeficácia no aconselhamento de carreira: Estudo com orientadores profissionais brasileiros. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 15*(1), 5-13. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/2030/203035764003.pdf>
- Soares, J., Carvalho, C., & Silva, A. D. (2022). A systematic review on career interventions for university students: Framework, effectiveness, and outcomes. *Australian Journal of Career Development, 31*(2), 81-92. <https://doi.org/10.1177/10384162221100460>
- Spurk, D. (2021). Vocational behavior research: Past topics and future trends and challenges. *Journal of Vocational Behavior, 126*, 103559. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2021.103559>
- Sultana, R. G. (2020). For a postcolonial turn in career guidance: the dialectic between universalisms and localisms. *British Journal of Guidance & Counselling, 51*(2), 262-273. <https://doi.org/10.1080/03069885.2020.1837727>
- Sultana, R. G. (2024). Four 'dirty words' in career guidance: from common sense to good sense. *Internacional Journal for Educational and Vocational Guidance, 24*, 1-19. <https://doi.org/10.1007/s10775-022-09550-2>
- Super, D. E. (1957). *The psychology of careers*. Harper & Row.
- Super, D. E. (1990). A life-span, life-space approach to career development. In D. Brown & L. Brooks (Eds.), *Career choice and development. Applying contemporary theories to practice* (2nd ed., pp. 197-261). Jossey Bass
- Teixeira, M. A. P., Lassance, M. C. P., Silva, B. M. B.a, & Bardagi, M. P. (2007). Produção científica em orientação profissional: uma análise da Revista Brasileira de Orientação Profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional, 8*(2), 25-40. Recuperado de <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbop/v8n2/v8n2a04.pdf>
- Whiston, S. C., Li, Y., Mitts, N. G., & Wright, L. (2017). Effectiveness of career choice interventions: A meta-analytic replication and extension. *Journal of Vocational Behavior, 100*, 175-184. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2017.03.010>
- Young, R. A., & Valach, L. (2000). Reconceptualising career theory and research: An actiontheoretical perspective. In R. A. Young & A. Collin (Eds.), *The future of career* (pp. 181-196). Cambridge University Press.

Recebido: 28/05/2025

1ª reformulação: 25/08/2025

Aceito: 04/09/2025

Sobre os autores:

Leonardo de Oliveira Barros é psicólogo (Unoeste), doutor em Psicologia pela Universidade São Francisco (USF). Atualmente, é Professor no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, campus Salvador. Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq – Nível C.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8406-0515>
E-mail: leonardobarros_lob@hotmail.com

Laila Leite Carneiro é psicóloga (UFBA), doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Atualmente, é Professora no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Psicologia da Universidade Federal da Bahia, campus Salvador.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8154-7443>
E-mail: laila_carneiro@hotmail.com